

FUTEBOL FEMININO NA ESCOLA DO CAMPO

Antoniél dos Santos¹

Priscila Gomes Dornelles²

RESUMO

Este estudo objetivou compreender como se dá a prática positiva do futebol por alunas de uma escola do campo situada no município de Santo Antônio de Jesus/BA. O município caracteriza-se pelo forte comércio, o qual é considerado um dos mais baratos da Bahia, além de ser chamado de a “capital” do Recôncavo. Dentro do aspecto da economia rural destaca-se o cultivo da laranja e a criação de gado. A população estimada do município é de 100.555 habitantes, segundo Censo de 2014 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). O empenho pelo estudo se deu por perceber o interesse das meninas pela prática do futebol, pois, o histórico esportivo brasileiro marginalizou a participação das mulheres nos esportes, com destaque para o futebol, sempre posicionado como prática masculina. A fim de contemplar o objetivo deste trabalho, realizamos entrevistas semiestruturadas com 10 alunas na faixa etária de 12 a 15 anos, todas praticantes de futebol. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Antonio Mateus dos Santos, localizada na comunidade do Alto do Morro, zona rural do município. Constatou-se, portanto, que a prática positiva do futebol por parte das meninas, se dá pelos incentivos familiares e pelas associações - grupos de pessoas sob liderança de um/a ou mais membros/as com o objetivo de organizar a prática do futebol na comunidade – isto fortalece e incentiva a prática deste esporte nas comunidades rurais, uma vez que, estas associações disponibilizam horário específico para a prática do futebol feminino. Destaca-se também o papel da disciplina de Educação Física, visto que ela proporciona o desenvolvimento do futebol feminino no âmbito escolar.

Palavras chave: Educação do Campo. Futebol Feminino. Gênero.

INTRODUÇÃO

Nos últimos 17 anos a Educação do Campo tem sido assunto nas rodas de discussões das diversas instâncias sociais. Fato decorrente principalmente da pressão dos movimentos sociais visando uma mudança significativa no sistema educacional voltado para o campo. Os

¹ Licenciado em Educação Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, Especialista em Educação Física Escolar pela Faculdade do Noroeste de Minas (FINOM), Especialização em Metodologia em Educação Física e Esporte pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC (em andamento). Professor da rede pública municipal de Laje e Santo Antonio de Jesus-BA. E-mail: <antoniél_edfisica@yahoo.com.br>

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, RS, Brasil) e Professora do Centro de Formação de Professores e do Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Amargosa, BA, Brasil). Pesquisadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Formação de Professores e Educação Física (GEPEFE/UFRB/CNPq) e do Núcleo CAPITU de Gênero, Diversidade e Sexualidade (CAPITU/UFRB/CNPq). E-mail: <prisciladornelles@gmail.com>

movimentos sociais e os estudiosos da temática defendem uma educação do campo que contemple a diversidade cultural, fortalecendo e valorizando o campo, pois segundo Caldart (2002, p.30) a Educação do Campo “é muito maior que a escola, ela se realiza também na escola, porém por ter como preocupação central a formação em sua plenitude, dos seres humanos, ela envolve a vida como um todo”.

É neste pensamento de valorização da diversidade cultural, que nasceu o anseio em está realizando uma pesquisa com a população do campo. Em especial o fato de que na Escola Municipal Antonio Mateus dos Santos (EMAMS) as meninas apresentam grande interesse pela prática do futebol, visto que, o histórico esportivo brasileiro marginalizou a participação da mulher nos esportes, com destaque para o futebol, - sempre posicionado como uma prática masculina. Desta forma, os corpos das mulheres foram e estão sendo marcadas por estas relações de gênero, são tatuagens implícitas no cotidiano que se não forem discutidas, debatidas, desconstruídas, serão e em alguns casos estão sendo entendidas como normais.

Portanto, este estudo objetivou compreender como se dá a prática positiva do futebol por alunas de uma escola do campo no município de Santo Antônio de Jesus/BA. Neste estudo, investigamos a EMAMS. O público alvo da pesquisa foram alunas na faixa etária de 12 a 15 anos praticante de futebol do ensino fundamental II (6º ao 9º Ano), selecionadas através da observação empírica. A participação da selecionada esteve vinculada a aceitação via TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) por parte do seu representante legal.

A amostra foi constituída de dez alunas (ressaltamos que os nomes utilizados nas entrevistas são fictícios). Utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada com gravação de áudio sendo feita posteriormente a sua transcrição. Como técnica de análise de dados, pautamos na análise de discurso foucaultiana. Esta pesquisa classificou-se como qualitativa de cunho exploratório.

Pretendeu-se com este trabalho, contribuir positivamente com as discussões que cercam o futebol feminino no Brasil. Assim como colaborar para uma reflexão dos/as profissionais de Educação Física atuantes na Educação Básica, no intuito de combater as ações e atitudes discriminatórias, relacionadas à participação da mulher no futebol. Pois, a relação da prática do futebol pela meninas/mulheres da/s região/ões atendidas pela EMAMS, apresentou-se como uma importante característica a ser investigada, a fim de entendê-la e divulgá-la, para que demais comunidades também possam desenvolver atitudes afirmativas sobre a prática do futebol feminino.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Brasil traz em seu histórico, as marcas da exploração e do desrespeito praticados por seus colonizadores. Uma fonte de matéria prima e consequente mão de obra barata. Conjunto ideal para a perpetuação dos ricos, antes europeus, hoje brasileiros e estrangeiros que usufruiu da miséria da grande massa a fim de manterem seus padrões considerados ideais.

Nesta perspectiva o campo foi a principal fonte econômica, com destaque para a produção da cana de açúcar, do café, bem como a exploração mineral. Mas, com o advento da industrialização, os olhares passaram para as cidades, o tal do “desenvolvimento”. E com este objetivo, se investiu em novas tecnologias, novos conceitos de educação, aliás, este nunca abraçou de forma significativa o meio rural, nem quando a economia restringia-se a área do campo.

Os governantes tiveram a partir do desenvolvimento das indústrias uma visão dualista, uma para o setor rural – de relativo abandono – e outra para as cidades em via de industrialização – de apoio e preocupação. A visão dos governantes era de que os pequenos produtores e trabalhadores rurais se mudariam para os centros urbanos, pois não havia programas que os auxiliassem no campo, mesmo para permanecerem no campo, mais ainda pelo fato das recentes indústrias estarem precisando de mão de obra para seu desenvolvimento. (FERREIRA e BRANDÃO, 2011, p. 06 e 07).

A educação foi apenas uma ferramenta utilizada para atender as novas demandas do desenvolvimento. Para tanto, era necessária uma organização educacional³, e isso só fez assolar os problemas sociais e principalmente os da educação. Pois, com o processo de industrialização nacional, coube à educação brasileira a função de preparar e qualificar a mão de obra para atender as novas demandas do mercado. Nesta perspectiva surge, então, o ensino técnico, que relacionado à educação no meio rural foi direcionada à instrumentalização dos camponeses para lidarem com as novas tecnologias voltadas para a produção no campo.

Em 20 de agosto de 1946, o Governo baixou um Decreto que “tinha como objetivo principal a preparação profissional dos/as trabalhador/as da agricultura”. (CALDART et al 2002, p. 40). Este mesmo Decreto-Lei pode ser analisado também sob a ótica da sua atuação no campo das relações de gênero daquele período, visto que, ao mesmo tempo que aponta para os direitos iguais de homens e mulheres no ingresso aos cursos agrícolas, recomenda-se que os cursos das mulheres sejam em estabelecimento unicamente de frequência feminina.

³Ferreira e Brandão (2011, p. 05) sinalizam a influência da filosofia positivista francesa na organização escolar brasileira, sendo que a principal característica era a de estimular e exaltar a industrialização da sociedade, não existindo uma preocupação com outras formas de organização social, em destaque para aqueles que residiam e produziam no campo.

Este mesmo documento orientava que os programas de ensino abrangessem a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher no lar. (CALDART et al, 2002).

Estas marcas dentre outras nos levam a entender porque

os dados oficiais disponibilizados pelas instituições federais de pesquisa – IBGE, INEP e IPEA, entre outras – demonstram uma diferença acentuada entre os indicadores educacionais relativos às populações que vivem no campo e as que vivem nas cidades, com clara desvantagem para as primeiras. Isto indica que, no decorrer da história, as políticas públicas para essas populações não foram suficientes para garantir uma equidade educacional entre campo e cidade. (BRASIL, 2007, p.8).

Foi mediante este contexto de desigualdade que surgiu os Movimentos Sociais em busca de uma nova política pública para a educação das populações do campo. Em 15 anos de luta, os Movimentos Sociais do Campo obtiveram importantes conquistas, como: aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução nº 01/2002 e Parecer nº 36/2001), o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO (Portaria nº 86/2013), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, na qual definiu a Educação do Campo como modalidade de ensino (Resolução nº 04/2010), a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA (Decreto nº 7.352/2010), e as diretrizes complementares, estabelecendo normas e princípios para o desenvolvimento de políticas para a Educação Básica do Campo (Resolução nº2/2008). (FORUM DISTRITAL DE EDUCAÇÃO, 2014, p.82).

Os movimentos sociais da Educação do Campo almejam romper com paradigmas cruéis – este diz respeito ao quesito econômico, educativo, cultural, político e também de gênero. Até mesmo como citado anteriormente, algumas leis da educação brasileira incentivaram a discriminação e o preconceito sobre as mulheres, atribuindo a estas funções desvalorizadas perante a sociedade, sendo seu principal atributo o cuidado com a casa e a família.

Para entendermos melhor sobre gênero, recorreremos aos/as estudiosos/as do assunto. - Scott (1995, p.86), no qual assegura que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. - Goellner (2010), pesquisadora das relações de gênero no campo das práticas corporais afirma que:

Por gênero entende-se a condição social por meio da qual nos identificamos como masculinos e femininos. É diferente de sexo, termo usado para identificar as características anatômicas que diferenciam os homens das mulheres e vice-versa. O gênero, portanto, não é algo que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os corpos, a partir daquilo que se identifica ser masculino e/ou feminino. (GOELLNER, 2010, p. 75).

Nesta relação, ao homem é atribuído autoridade, supervalorização nas relações sociais. Já a mulher é posicionada como frágil, amorosa, delicada. E é através deste conjunto de características consideradas naturais que o gênero funciona produzindo homens e mulheres.

Considerando as relações entre Educação do Campo e os estudos de gênero, apontamos a especificidade da Escola Municipal Antônio Mateus dos Santos pensando nas contribuições teórico-analíticas destes estudos para compreender como se dá a prática positiva de mulheres com o futebol na instituição citada. A referida escola traz em sua especificidade uma contraposição a estas marcas generificadas do corpo, pois apresenta uma diversidade cultural até então não vista em estudos publicados na área da Educação do Campo. Essa incongruência está relacionado/a ao interesse demasiado das meninas pela prática do futebol, podendo até considerá-las na gíria futebolística de “fominha de bola”.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO NAS PRÁTICAS CORPORAIS E ESPORTIVAS: O CASO DO FUTEBOL FEMININO

Partiremos desta discussão neste tópico entendendo e reconhecendo o papel da escola na construção de uma sociedade mais igualitária, efetiva e democrática. Nesta perspectiva, compreendemos a importância de cada componente curricular na formação cidadã dos/as sujeitos/as. Dentre estes, destacamos a Educação Física, que segundo o Coletivo de Autores (2009, p.61e 62):

É uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada aqui de cultura corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais como: jogo, esporte, ginástica, danças e outras que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa aprender a expressão corporal como linguagem.

Contudo, cabe à reflexão sobre quais conceitos sociais estão sendo trabalhados/as de forma conjunta ao trato da cultura corporal nas aulas de Educação Física Escolar. Como fundamento teórico para esta reflexão, apresentamos o trabalho de Junior e Darido (2002), no qual constataram que o futebol feminino passou a fazer parte do contexto escolar, no entanto,

a ocupação dos espaços destinados à prática esportiva ainda é predominantemente masculina. Esta falta de acesso aos espaços contribui para a impossibilidade de realização de práticas corporais, o que pode interferir no processo de desenvolvimento motor das meninas.

O estudo também mostrou que o futebol tem sido vivenciado pelas meninas nas escolas, das 70 meninas que participaram da pesquisa, 87,14% afirmaram já terem experimentado o futebol nas aulas de Educação Física. Outro ponto interessante apresentado neste trabalho é à questão da preferência esportiva por partes das alunas, onde se observou que o voleibol aparece em primeiro lugar com (53,52%), seguido pelo futebol com (39,43%). Isto demonstra um tímido, mas valioso crescimento do interesse e da prática do futebol por parte das meninas.

Dornelles e Teixeira (2014, no prelo), em seu trabalho intitulado “*O ensino do futebol na Educação Física escolar: uma “feminilidade problema” entra em campo*”, problematizam como o ensino do futebol na Educação Física Escolar está atravessado pelas questões de gênero. O/A autor/a apresentou relatos de professores/as de Educação Física, nos quais o futebol aparece como conteúdo principal de suas aulas. Apesar desta centralidade, quando há o trabalho com o esporte e com o futebol, os/as autores/as citados/as discutem que a estratégia principal para as aulas é a separação de meninos e meninas, neste momento a feminilidade aparece como um problema para o desenvolvimento das aulas de Educação Física. Além disso, ficou perceptível a influência do esporte de rendimento no trato pedagógico do futebol na escola. “Apontamos, então, como possibilidade, a transformação dos objetivos do esporte de rendimento na escola com o intuito de valorizar a socialização dos conhecimentos referentes ao futebol de forma universal e igualitária”. (DORNELLES e TEIXEIRA, 2014, no prelo).

Segundo Goellner (2005, p. 88): “No Brasil, até meados do século XIX, a estrutura extremamente conservadora da sociedade não permitia às mulheres grande participação em alguns ambientes sociais, dentre eles o esportivo, uma vez que eram criadas para serem esposas e mães”. Um discurso construído a fim de impedir a participação da mulher nos esportes em especial o futebol. Utilizando-se de argumentos com bases biológicas, sociais e psicológicas para distinguir os corpos - ao masculino foi dado sentido de superioridade relacionado ao feminino, gerando um distanciamento do mesmo para a prática esportiva.

Isto nos leva a concordar com Júnior e Darido (2002, p.02) ao afirmar que “o principal empecilho para a prática do futebol feminino refere-se ao discurso preconceituoso e estereotipado”. Um exemplo do funcionamento destes discursos é apresentado por Goellner (2005). A autora relata que a mulher era posicionada socialmente como de natureza frágil,

destinada à maternidade e a uma feminilidade alheia a determinadas práticas esportivas. Nesta lógica, a prática esportiva competitiva poderia representar perigos, dentre os quais, a masculinização da mulher.

Dialogando com esta discussão, Mourão e Morel (2005) verificando as narrativas a respeito do futebol feminino entre as décadas de 1930 a 2000 na Cidade do Rio de Janeiro. - analisaram os primeiros passos do futebol feminino no Brasil divulgado através da mídia impressa. Para estas autoras, ficaram evidentes, em algumas manchetes dos jornais, as atitudes preconceituosas⁴ sobre a participação da mulher no futebol.

Na década de 40 o General Newton Cavalcanti informou ao Conselho Nacional de Desportos (CND) algumas instruções consideradas necessárias para a prática de esportes femininos. Esta ação impulsionou o Governo a baixar o Decreto-Lei nº 3.199/41, Art. 54 - “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. (BRASIL, 1941). Desta forma interditou-se e/ou limitou-se as mulheres nas práticas esportivas, em especial o futebol, por constituírem desportos violentos não adaptáveis ao sexo feminino, ou seja, oferecia “riscos” à condição de maternidade feminina. (GOELLNER, 2005).

Percebe-se, então, como a relação de poder que atravessa as condições sociais a partir do conceito de gênero é marcante na determinação das praticas esportivas para mulheres e homens. São marcas históricas e condições atuais da sociedade. Isto indica que cada momento vivido, condiciona e educa o corpo de maneira diferente em função das relações de gênero. Neste pensamento, as atividades físicas desportivas vão sendo mapeadas, desenvolvidas, estimuladas de forma diferente para homens e para mulheres, com evidente desvantagem para as últimas. O decreto que proibia a prática do futebol feminino só foi revogado em 1979. Esta ação configurou-se como um importante passo para o crescimento da participação da mulher no esporte em especial o futebol. Pois, a perversa exclusão sofrida pelas meninas/mulheres no acesso e direito a prática dessa modalidade esportiva prejudicou o desenvolvimento do futebol feminino no país.

⁴Alguns dos discursos preconceituosos apontados por Ludimila Mourão e Marcia Morel (2005):

– “O futebol depois da louça lavada”, (Matéria publicada no Jornal do Brasil de 29 de novembro de 1976, no Rio de Janeiro)

– “Mesa tirada, rumo à praia para o futebol” (Matéria publicada em O Globo de 11 de abril de 1976, no Rio de Janeiro). Estas duas matérias fazem referencia ao cumprimento das obrigações domesticas das mulheres e só depois elas iriam para o futebol.

Na atualidade existem avanços relacionados à prática do futebol pelas mulheres, contudo, no campo escolar, entendemos que a prática do futebol feminino pode apresentar-se em uma intensidade maior ou menor, a depender da construção social da comunidade onde a escola está inserida, bem como pelas propostas pedagógicas escolares.

ANÁLISE DOS DADOS

Questionadas sobre o morar no campo, as alunas demonstraram reconhecer o mesmo como um espaço bom para viver, pois segundo Elisa, o campo “*é melhor, pois não precisa comprar as frutas, plantamos na nossa própria roça*”. Já Bárbara, afirma que “*na zona rural é tudo diferente da cidade, a gente ver os campos*”. Estas falas nos chamam atenção, pois os aspectos positivos estão direcionados para a produção do alimento e valorização do meio ambiente. Não é citado em momento algum, opiniões que estejam relacionadas com a valorização de sua diversidade sociocultural.

É visível no caminhar histórico brasileiro um embate sobre qual ambiente é melhor – campo ou cidade – neste confronto, o meio rural “aponta” como “arma” de batalha a natureza, a subsistência alimentar – o meio urbano, “escala” seus avanços tecnológicos e a industrialização. Como consequências dessa disputa, temos atitudes preconceituosas, que responsabilizou/responsabiliza o meio rural pelo suposto atraso no desenvolvimento do país. Visto que, o “termo desenvolvimento, na sociedade capitalista, globalizada, associa-se à ideia de industrialização, crescimento econômico e urbanização das cidades, como paradigma de civilização para as sociedades”. (ARAÚJO, 2012, p.26). Neste contexto, observamos o crescimento do agronegócio, que visa unicamente o capital. Segundo Camacho (2011, p.9), “o agronegócio interrompe o processo humano de produção da cultura popular, pois des(re)territorializa os sujeitos produtores desta cultura no campo”.

Os dados indicam também, que a escola pode está contribuindo para essa visão restrita de campo por parte das alunas. Pois, quando questionadas se a escola tem atividades específicas que tematizam a vida no campo, nove das entrevistadas disseram que sim. No entanto, quando indagadas a respeito de como a escola procura valorizar os moradores do campo, obtivemos como destaque apenas a fala de Maria, ao afirmar que é “*na cultura*”. Isso nos leva a concordar com Camacho (2011, p.97), onde firma que “A Educação do Campo é construída junto com seus sujeitos e a partir de suas necessidades”.

No que tange aos esportes mais praticados na comunidade. - Percebeu-se uma hegemonia do futebol, tanto para o sexo masculino como para o feminino. - Jogar futebol na comunidade segundo Elisa, “*é bom, porque competimos com as amigas, não é tanto por*

competir, é por brincadeira mesmo, para se divertir". O futebol aqui é entendido como um momento de lazer, de diversão das meninas do campo.

Verificou-se também nas falas das entrevistadas, que existe uma periodicidade na prática do futebol. E a organização dessa prática em alguns casos fica por conta das próprias meninas. No entanto, existe outro tipo de organização, - as associações – grupo de pessoas que se organiza sob a liderança de um/a ou mais membros/as, para a realização da prática esportiva. Esta organização perpassa pelo horário do “baba”, pagamento de mensalidade para manutenção dos materiais, (bolas, coletes), regras de disciplina, dentre outras. As lideranças destes grupos geralmente ficam por conta do/a dono/a do campo. Antonia relata que na comunidade dela, “ *tem dois campos, um embaixo e outro em cima* (ela se referencia a posição geográfica). *Embaixo tem várias pessoas, tem Nâncio que ele é o dono do campo. Tem treino das mulheres também, tem da minha idade 10 a 12 anos. Tem embaixo e em cima. Lá em cima até de 7 anos joga também.*” Contudo, Joana, Cláudia e Clemilda, sinalizaram seus pais como lideranças destas atividades, no caso específico de Cláudia ela afirma: “*minha mãe, lá joga dia de sexta, sábado e domingo, toda semana de 5 as 6 é as mulheres, de 6 as 7 é os homens*”.

Quanto aos espaços que oferece mais restrição para a prática do futebol, percebeu-se um equilíbrio entre a escola e a comunidade. Maria afirma que a escola oferece mais restrição “*porque não tem lugar adequado*”. No entanto, Elisa, Rita e Cláudia sinalizam para a falta de meninas suficientes para jogar. Já Joana afirma que “*na escola. Porque os meninos não deixa a gente jogar*”. Verifica-se então, uma relação de gênero substanciada/a por uma autoridade dos meninos no desenvolver da prática do futebol. Já relacionado/a a comunidade, destacamos a fala de Bete, pois segundo ela, a restrição ocorre “*porque o pessoal lá tem que jogar certo se não tem que sair do jogo*”. Vejamos, portanto, a posição competitiva da prática do futebol feminino na comunidade. Desta forma, comungamos com a fala das pesquisadoras Altmann e Sousa (1999, p.54), ao afirmar que “o processo de educação de homens e mulheres supõe uma construção social e corporal dos sujeitos, o que implica – no processo ensino/aprendizagem de valores – conhecimentos, posturas e movimentos corporais considerados masculinos ou femininos”.

Também observamos que a prática do futebol na escola se dá nas aulas de Educação Física. No que tange o jogo misto (menina e menino juntos), Rita e Bete relata que isso ocorre “*as vezes*” na escola. Para Bárbara, essa prática acontece “*quando não tem muitos meninos, quando não tem muitas meninas*”. Observa-se neste momento, que o jogo misto sucede de

forma eventual, ou seja, quando não tem um quantitativo mínimo por sexo para formação da equipe. Ressalto, portanto, a fala de Júnior e Darido (2002, p.03) ao afirmar que:

As atribuições do professor de Educação Física na escola vinculam-se à finalidade de contribuir para a formação global do cidadão, incluindo-se assim, os aspectos biológico, cultural, social e afetivo. Dentro desta perspectiva cabe ressaltar a importância de proporcionar a todos os educandos, indistintamente, as mesmas oportunidades de aprendizado.

No que concerne à relação de gênero, foi verificado que o apoio e incentivo para a prática do futebol pelas meninas são subsidiados/as pelas pessoas mais próximas, como amigos/as e familiares, e em destaque as mães, de acordo as falas de Elisa, Antonia, Bete, Joana e Rita. No entanto, a figura do pai aparece nos relatos de Elisa, Bete, Joana e Rita, como sendo a pessoa contrária a sua participação no futebol. À última afirma: *“porque ele não gosta, ele acha que só menino que tem que jogar futebol”*. Justificativa parecida é relatada por Maria, neste caso, a contraposição é de sua irmã, *“ela diz que como é que menina vai jogar bola, quem joga bola é menino”*. “Para tanto, é necessário, de antemão, rejeitar os rótulos que aprisionam, engessam e fixam os sujeitos, enredando-os em representações que os nomeiam.” (GOELLNER, 2010, p.77). E, os exclui de determinadas práticas esportivas.

Nove das dez entrevistadas afirmaram que já jogaram futebol junto com meninos. Destas, cinco sinalizaram que essa prática ocorreu/ocorre na escola. Mas quando questionada sobre o jogar com os meninos, as respostas demonstram um certo receio. Algumas meninas apontam negativamente atitudes “violentas” por parte dos meninos. No entanto, outras afirmam não gostar de jogar com os meninos porque eles sabem mais (são mais habilidosos), como podemos observar na fala de Bete: *“é muito difícil porque eles sabem mais que a gente”*. Já para Maria, jogar futebol com os meninos *“é divertido, porque os meninos pensam que só eles sabem jogar bola, que é melhor que as meninas, depois as meninas dão um show nele”*. Percebe-se, que a exclusão ou disputa do território futebolístico é marcado/a não somente pelas questões de gênero, aparece neste momento outro marcador - a habilidade física.

Quando indagadas sobre o que as pessoas falam quando ela está jogando futebol, algumas falas mereceram um olhar mais aguçado. Bete descreve que as pessoas falam *“aquele jogo é de homem”*. Fátima, no entanto relata que as pessoas *“ficam procurando briga, falando que a gente não sabe jogar bola”*. Já para Maria, as palavras estão direcionadas para a valorização da habilidade masculina, - *“fala que você é perna de pau, não*

vai jogar direito, que os meninos sabe jogar mais". Importante ressaltar, que esta visão generificada não só é vista pelo sexo masculino, segundo Maria, algumas meninas que não gostam de futebol associa esta prática a uma ação de *"menina piveta"*, afirmando portanto uma possível masculinização da menina/mulher. "Se no passado apenas meninos jogavam bola, hoje meninas frequentam esses campos não mais apenas como espectadoras, mas buscando romper com as hierarquias de gênero". (ALTMANN e SOUSA, 1999, p.61). Como visualizamos no referencial teórico, essa luta não têm sido fácil, inúmeras batalhas já foram travadas e aos poucos as mulheres vêm ganhando espaço no seio futebolístico brasileiro, mesmo assim, compreendemos que ainda é muito pouco quando comparamos a valorização dada ao universo masculino.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os dados nos revelaram que as alunas desconhecem os valores socioculturais do campo. A valorização do mesmo é dada apenas pela questão da subsistência e pela paisagem natural. Neste contexto, a escola tem contribuído para esse pensamento restrito por parte das discentes. Portanto, é preciso que a instituição escolar desenvolva atividades que visem a valorização sociocultural do campo, contribuindo para que os/as camponeses/as se reconheçam como produto/produtor de cultura.

Os relatos também demonstraram que as comunidades apresentam através de associações uma organização em torno do futebol. - e estas associações buscam incentivar e promover a prática do futebol pelas crianças, jovens e adultos/as, exclusivamente nos finais de semana, tanto para o sexo masculino como para o feminino. Destaca-se também o papel de alguns pais como líderes destes grupos, assim como, em outros momentos a organização da prática do futebol feminino fica sob responsabilidade das próprias meninas.

Portanto, compreendemos com este estudo que a prática positiva do futebol por parte das meninas, se dá pelos incentivos familiares e pelas associações que fortalece a prática do futebol nas comunidades, pois estas apoiam e proporcionam uma organização futebolística, que movimenta os finais de semanas dos/as camponeses/as. E nesta organização é disponibilizado horário específico para a prática do futebol feminino. Destacamos ainda, o papel da disciplina de Educação Física, pois esta proporciona para as meninas a realização do futebol, além do mais, as mesmas participam de eventos esportivos de futebol, que na maioria das vezes é organizado pela escola.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena; SOUSA, Eustáquia Salvadora. Meninos e meninas: Expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 48, p.52-68, Ago. 1999.

ARAUJO, Gracieda dos Santos. Desenvolvimento do Campo e Educação: Concepções, contradições e possibilidades. **Revista Entrelaçando**, Amargosa, BA, n. 6, v. 1, p. 24-34, Set.-Dez. 2012.

BRASIL. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. **Cadernos secad**. Ministério da Educação. Brasília: 2007.

_____. **Decreto-Lei Nº 3.199, de 14 de abril de 1941.** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acessado em: 20/11/2014.

CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Pulo Ricardo (org). Educação do Campo: Identidade e Políticas Publicas. **Coleção por uma Educação do Campo**, n. 04. Brasília, DF, 2002.

CAMACHO, Rodrigo S. A Educação do Campo e o Modo de Vida dos Educandos-Camponeses. **Revista Entrelaçando**, Amargosa, BA, n. 3 p. 96-115. Ano 2 (Nov/2011).

COLETIVO DE AUTORES: **Metodologia do ensino de educação física**. 2º edição revista. São Paulo. Cortez, 2009.

DORNELLES, Priscila Gomes; TEIXEIRA, David Romão. **O ensino do futebol na Educação Física escolar: uma “feminilidade problema” entra em campo**. 2014, no prelo.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do Campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**, Ano V. n. 09, jul./dez. 2011.

FÓRUM DISTRITAL DE EDUCAÇÃO – **Plano Distrital de Educação (PDE) 2015 – 2024**, Brasília, DF. Disponível em <http://escolas.se.df.gov.br/fde/images/pdf/PDE_TEXTO-BASE.pdf>. Acessado em: 10/09/2014.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história.** **Revista Pensar a Prática**, Porto Alegre, V. 8 n,1, p. 85-100, jan/jun. 2005.

_____, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**, Porto Alegre, p. 71-83, mar. 2010.

JÚNIOR, Osmar Moreira de Souza; DARIDO, Suraya Cristina. A prática do futebol feminino no ensino fundamental. **Revista Motriz**. Rio Claro, SP, V.8, nº1, p. 1-9. Jan/abr. 2002.

MOURÃO, Ludimila; MOREL, Marcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005.

SCOT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. 20(2), p. 71-99, jul./dez. 1995.